



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA			
EVENTO: Reunião Extraordinária	REUNIÃO Nº: 0911/17	DATA: 11/07/2017	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 11h18min	TÉRMINO: 13h26min	PÁGINAS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 227, de 2016, do Sr. Miro Teixeira, sobre eleições diretas no caso de vacância da Presidência da República, exceto nos 6 últimos meses do mandato.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Bom dia a todos e a todas.

Esta é a 42ª Reunião Deliberativa Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Esta reunião se destina à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição — PEC nº 227, de 2016, cujo Relator é o nobre Deputado Esperidião Amin.

Comunico ao Deputado Esperidião Amin e também a todos os membros do Plenário que já consta aqui sobre a mesa um grande rosário de requerimentos de obstrução, inclusive de votação nominal de inversão da ordem dos trabalhos, requerimento da própria inversão da ordem dos trabalhos. Isso deve naturalmente se repetir e pode gerar a queda da sessão, devido ao pedido de verificação, haja vista que não temos um quórum tão presente nesta manhã de hoje.

Deputado Esperidião Amin, faço uma proposta de acordo ao Plenário para busquemos uma composição que envolva o compromisso da base do Governo — aqui vejo o representante, o Deputado Lelo Coimbra, e o Deputado Hildo Rocha, que acaba de chegar —, juntamente com V.Exa., que é o Relator da matéria, e aqueles Deputados que desejam a apreciação da matéria e que aqui também estão, a fim de que não haja obstrução e seja definida uma data para a inclusão dessa matéria.

É bem verdade que esta semana é um tanto atípica, em face da discussão acerca do pedido de instauração de processo contra o Presidente da República. Há a perspectiva inclusive de fazermos a reunião amanhã para iniciar essa discussão.

Acho prudente e de bom senso — se o Relator e o Deputado Lelo Coimbra também concordarem — eventualmente retirarmos, de modo consensual, esse item de pauta, com o compromisso de incluí-lo logo após a discussão da denúncia contra o Presidente, cujo prazo de solução imagino que seja ainda esta semana, no mais tardar, na segunda-feira.

Então, incluiríamos na pauta a PEC 227 da mesma forma: como item único, numa sessão extraordinária, de preferência, numa manhã de quarta-feira, para garantir o quórum da CCJC. Votaríamos assim essa matéria, Deputado Lelo Coimbra, sem a obstrução.



Essa foi até uma ponderação que eu fiz ao Líder do PMDB, Deputado Baleia Rossi, na manhã de hoje, se poderíamos celebrar esse acordo de retirada de pauta nesta manhã da PEC 227, com o compromisso da sua reinclusão, após a finalização da apreciação da denúncia e da solicitação de instauração do processo contra o Presidente da República. Entretanto, firmaríamos o compromisso de não obstrução pela base de Governo.

Deixo a palavra a V.Exas., para que possam fazer a reflexão sobre essa proposta de acordo.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, eu deveria ouvir o Deputado Lelo Coimbra, mas, se V.Exa. me conceder a palavra, eu gostaria de fazer uma brevíssima reflexão sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Trata-se do maior mal-entendido em matéria de processo legislativo e de proposta que eu já vi florescer, amadurecer e não envelhecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A PEC foi apresentada, sob a liderança do Deputado Miro Teixeira, no dia 1º de junho de 2016. Ela não tem nenhum objetivo circunstancial, não é oportunista. Do contrário, Deputado Luiz Fernando Faria, ela afasta oportunistas de plantão.

Hoje, comenta-se no Brasil, e há vários *blogs* e jornais transmitindo a notícia infamante, que o Deputado Rodrigo Maia participa de uma conspiração para afastar o Presidente Temer. Por quê? Porque o afastamento ensejaria uma eleição indireta que os defensores dessa proposta consideram palatável, a eleição direta não seria palatável.

Portanto, Presidente Rodrigo Pacheco, a não aprovação desta emenda constitucional no ano passado e até agora é um fator de instabilidade para o mandato do Presidente Temer. Os que bloqueiam aqui a tramitação dessa proposta ajudam a fragilizar o Presidente Temer e ajudam a trazer instabilidade para o Brasil.

Eu quero saber, Deputado Júlio Delgado, quem é que daí se anima a disputar a eleição direta. “*Não, não, é melhor ficar o Temer*”. Agora, como a eleição poderia ser indireta, basta conseguir 298 votos do Congresso. Ou seja, o fato é que na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Deputado Paulo Teixeira, emenda semelhante, com apenas 6 meses de diferença, já foi aprovada, e a Comissão de



Constituição e Justiça do Senado, Deputada Maria do Rosário, tem foro e funcionalidade dupla, porque não tem Comissão Especial no Senado; aprovou na Comissão de Constituição e Justiça, vai para o Plenário. E lá o Governo não boicotou. O Senador Ronaldo Caiado — já li a lista aqui — votou a favor; todos os Senadores do PMDB votaram a favor; os que são do PP, do meu partido, votaram a favor. E aqui igual o texto ou assemelhado é tratado dessa maneira preconceituosa.

Então, trata-se do maior chiste legislativo que tem prosperado na obscuridade nesta Casa.

Dei um parecer favorável no ano passado, no dia 7 de junho, e já fui acusado de ser oportunista — 7 de junho! Lá se vão 1 ano, 1 mês e 4 dias. Ou seja, mais de um quarto do mandato já se passou.

Acho essa leitura equivocada do Governo, pelo menos na Câmara, aliás, há uma lenda de que é só na Câmara que o pessoal tem medo das eleições diretas, no Senado não tem. O Senado aprovou, mas tem medo da Câmara. Será que a conspiração só existe na Câmara? De qualquer sorte, sem nenhuma admoestação a quem pensa diferente de mim, considero pertinente a proposta do Presidente Rodrigo Pacheco.

Penso apenas que seria correto se aqueles que embaraçam a votação concordassem com uma data para votarmos sem obstrução, e a maioria vence, até porque, se nós aprovarmos na Comissão de Constituição e Justiça, isso ainda vai para a Comissão Especial.

Quer dizer, não é um medo compatível, por exemplo, com a coragem, com o destemor do Deputado Marun. O Deputado Marun é um corajoso, enfrenta frontalmente as dificuldades. Não tem cabimento que recomende um procedimento diferente, acoelhado, de não debater e resolver no âmbito da admissibilidade a PEC 227 do Deputado Miro Teixeira, até porque se for eventualmente aprovado irá para a Comissão própria.

Deputado Marun, só queria dizer o seguinte: quem impede a votação desta proposta conspira contra o Presidente Temer, porque se nós tivéssemos eleição direta, haveria menos conspiradores. V.Exa. sabe do que eu estou falando.

Ambições que estão por aí desabrochando seriam refreadas, com medo do povo, mas prosperam nas sombras das articulações, como dizia o seu conterrâneo



Doutel de Andrade, ainda que tenha nascido no Rio de Janeiro, mas era muito amigo Brizola: *“Esses banqueiros de mãos gordas, roliças, habituados a resolver os problemas nas antessalas, teriam menos coragem de defender eleição para substituir o atual Presidente da República se a eleição fosse direta, estariam menos assanhados”*. Mas conseguir 298 votos de um Congresso de 594 é quase impossível, e isso estimula, faz assanhados, até golpistas, que V.Exa. sabe que existe, até na sua grei, no seu redil.

Sr. Presidente, com essas palavras, encerro dizendo o seguinte: concordo com a proposta de V.Exa., só peço que eles estabeleçam uma data, que daria muita segurança ao Presidente Temer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Quero fazer uma solicitação ao Plenário: nós estamos circunscritos aqui a uma proposta de acordo...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, como fui citado, gostaria de fazer uma pequena consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Claro, aguarde 1 minuto.

Nós estamos circunscritos aqui a uma proposta de acordo para apreciação dessa PEC.

Não vamos antecipar a discussão sobre o mérito e a admissibilidade da PEC, porque haverá o momento oportuno.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, há de estimular o Deputado Carlos Marun a participar dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Tampouco vamos utilizar esse tempo neste momento, até porque precisamos de uma definição para antecipar a discussão sobre a denúncia contra o Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Vamos nos circunscrever.

Há uma proposta de acordo para retirada de pauta e reinclusão...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu quero falar sobre a proposta de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - V.Exa. está na lista de inscrição.



Foi só um pedido de advertência.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Marun, V.Exa. foi citado.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Vamos ouvir o PMDB, para depois usar da palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Antes de ouvir o PMDB, gostaria de fazer um apelo ao PMDB, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Ministro, não.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu gostaria de fazer um apelo antes de o Deputado Carlos Marun falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Antes de o Deputado Carlos Marun falar? *(Pausa.)*

Mas o Deputado Carlos Marun só vai responder a questão do Deputado Esperidião Amin, ainda não é a fala dele.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Mas é anterior a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Mas é porque há uma ordem de inscrição. V.Exa. está depois da Deputada Maria do Rosário e do Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Quero falar exatamente para fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - O Deputado Júlio Delgado também está inscrito antes de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, a palavra está comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - V.Exa. dispõe de 1 minuto para responder, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, ontem, o Sr. Santos Lima, Procurador da Lava-Jato, quem entendo seja aquele de cavanhaquezinho, se



referiu a mim pelo Facebook como indigno do meu mandato e vaticinou que 2018 vai chegar sinalizando as suas preces e o seu prognóstico de eventual não reeleição deste colega dos senhores.

Não sei o que dá vontade de fazer. Quem dera pudéssemos fazer o que temos vontade. Mas no mundo não podemos fazer o que temos vontade.

Quero aqui registrar meu veemente protesto e incluir neste protesto esses oportunistas que neste momento se associam a atitudes como a deste Procurador. Eu posso ter tomado atitudes aqui contrárias à posição de muitos, mas queria que algum Parlamentar — este vou respeitar — citasse meia atitude que eu tenha tomado de indignidade em relação ao meu mandato e ao relacionamento que eu tenho com os colegas desta Casa.

Vou representar contra este Procurador. Ele pode ser chefe da Lava-Jato, da “Lava-não sei o quê”, da “Lava-Casa”, do “Lava-Raça”, porque não tenho medo dele. Esse agente tem que aprender a nos respeitar. Isso acontece porque nós, nos momentos em que deveríamos nos dar o respeito, ficamos nos digladiando em função de oportunismo, buscando ocupação do espaço A ou B.

Protesto veementemente contra as declarações deste Procurador. Não posso aceitar isso. Vou querer que ele diga o que fiz de indigno no meu mandato. Que ele coloque o que fiz de indigno no meu mandato por escrito. Estou representando contra ele no dia de hoje.

Em sequência ao tema, quero dizer que as palavras sempre sábias do Deputado Esperidião Amin — o “brimo” Amin — me sensibilizaram. Realmente, a posição deste Deputado é apoiar o acordo que V.Exa. propõe. Certo? (*Palmas.*)

Quero aqui deixar bem clara a minha posição. Não discuti com o partido, mas é a minha posição. A posição deste Deputado é apoiar o acordo proposto por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço V.Exa. Deferiremos o prazo de 3 minutos para cada fala. Precisaremos fazer isso porque já há uma lista grande.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário, por 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero me referir aqui ao que disse o Deputado Carlos Marun. No que diz



respeito ao ataque sofrido por S.Exa., seja de membro do Ministério Público, seja da Lava-Jato, em relação à sua dignidade, nós não nos associamos a isso.

O Deputado Carlos Marun tem a opinião política dele. S.Exa. foi eleito para expressar sua posição política. Nós não nos filiaremos àqueles que querem calar Parlamentares também. Não contem conosco para transformar um Parlamentar em alguém que não possa expressar sua opinião com liberdade. Não há autoridade maior, em um membro do Ministério Público, para calar um Parlamentar. Eu me posiciono coerentemente assim em nome do nosso partido.

Quero, no entanto, dizer que a proposta de V.Exa. de aqui entrarmos em acordo sobre as diretas é essencial para o Brasil.

Votemos cada um de nós com a sua consciência, mas, Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares, nós precisamos demonstrar ao País que esta Comissão de Constituição e Justiça trata com objetividade as matérias, diante da grave crise que estamos vivendo no Brasil.

Eu e o meu partido acreditamos que só o voto resolve a situação que o País está vivendo. Nós precisamos da chancela da população. A legitimidade é diferente da legalidade. Pode haver legalidade em um governo nomeado por um Colégio Eleitoral se não vierem a ser aprovadas as diretas, mas que legitimidade terá?

Senhores e senhoras, V.Exas. estão aqui trocando integrantes da CCJ. Retiraram 12 integrantes para tentar salvar um Governo que é moribundo. O Governo Temer não continuará.

Nós sabemos que a população do lado de fora desta Casa já se posiciona assim, e o Relator apresentou com clareza que há indícios. Portanto, diante de indícios, esta Comissão de Constituição e Justiça não poderá fechar os olhos.

Pode ser que, nessa denúncia, V.Exas. venham a ganhar com esse troca-troca na CCJ, mas a matéria vai para o plenário e lá todos os Deputados vão votar. No plenário, o Parlamento é permeável à opinião da sociedade.

Que soluções nós podemos ter? V.Exas. têm o direito de defender um Colégio Eleitoral, mas nós temos o direito de debater uma matéria que foi apresentada pelo Deputado Miro Teixeira antes desta circunstância política e difícil surgir, que é coerente com a Constituição como um todo, que são as eleições diretas.



Por isso, nós queremos que o acordo seja...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, eu preciso de um pouco mais do que 3 minutos para construir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Perfeitamente, até porque V.Exa. é parte integrante e fundamental do acordo.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Isso.

Em primeiro lugar, nós não estamos discutindo aqui quem é pró-eleição direta e quem é antieleição direta.

Todos estamos aqui pelo pressuposto da eleição direta. Nenhum de nós está aqui por indicação ou por outra circunstância que não essa. Nesse sentido, todos aqui somos defensores das eleições diretas, porque foram delas que nós nascemos em algum momento da vida pública.

O que está se discutindo neste tema acaba sendo de natureza retórica. Por que de natureza da retórica? Por quê? No terceiro ano, segundo a Constituição atual, em caso de vacância, processa-se eleição via Colégio Eleitoral. Mas outros textos legais defendem que uma decisão de modificação de legislação eleitoral só terá validade 1 ano após a sua promulgação.

Nós estamos falando de eleições diretas, sim, mas não estamos falando de diretas já. Diretas já é retórica para a luta política que está estabelecida neste momento.

Esse é o primeiro pressuposto que acho importante firmar aqui. Não estamos num debate entre os que são pró-eleição direta e os que são antieleição direta.

Em segundo lugar, o único momento em que o Supremo Tribunal Federal admitiu essa possibilidade de viger no ano da eleição uma decisão foi através do parecer da Ministra Relatora Ellen Gracie no tema da verticalização em 2006, na Emenda Constitucional 52/06. Fora isso, prevalece o entendimento anterior.

É preciso deixar isso claro, porque nós não estamos tratando aqui, na eventualidade de vacância de cargo, se seria resolvida por processo direto ou por processo indireto. Essa possibilidade não está e não estará posta, mesmo que



aprovada, como foi no Senado, na Comissão, mesmo que aprovada aqui, como eventualmente possa vir a ser esse tema. Essa é a primeira construção de raciocínio que eu queria estabelecer.

A segunda é quanto ao acordo. Os “brimos” se entendem — não é isso? — embora um seja abastadamente cabeludo e o outro desabastadamente cabeludo, está certo? Embora o segundo seja o meu objeto de desejo de penteado...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - V.Exa. é muito solidário a mim.
(*Riso.*)

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - É o meu desejo de consumo de penteado. (*Riso.*)

Sr. Presidente, com todo o respeito, a posição estabelecida pelo Deputado Esperidião Amin e colocada afirmativamente também pelo Deputado Marun não encontra, pelos motivos que eu coloquei anteriormente, a minha posição favorável.

Eu queria propor um novo formato para esse acordo: que nós suspendamos esta proposição e a pauta neste momento e retomemos esse formato de possível acordo ou de possível discussão após concluirmos esses debates que estamos fazendo em torno do Processo nº 1/17, que é a solicitação para instauração de processo contra o Presidente.

Nesse sentido, remeto esse debate para um momento posterior, após a discussão que naturalmente será em agosto, quando poderemos construir algum tipo de procedimento, na linha do que V.Exa. está falando ou não, caso haja divergências entre nós.

Mas, na condição de Líder da Maioria neste momento, representando a maioria dos partidos, eu encaminharia desta forma: pelo não acolhimento desse formato de acordo nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu vou tentar explicar com a erudição que teve não o “brimo”, mas o amigo Deputado Esperidião Amin, para dizer que quem trouxe essa discussão para correr de forma paralela à denúncia foi o Governo, até porque o relatório está pronto há 1 ano.



Quero concordar aqui com o Deputado Lelo. Eu sei do princípio da anterioridade e da anualidade. Nós não estamos discutindo isso para esta eleição, que eventualmente temos que aprovar, mas para fazer com que a eleição direta aconteça e não seja por Colégio Eleitoral, quando uma vacância se der no prazo inferior a 6 meses.

Quem trouxe isso e não deixou que fosse votado lá atrás, ano passado, no começo deste ano — já há 3 meses que estamos tentando —, foi o próprio Governo, que deu chance para que isso acontecesse.

O Deputado Marun deixa um sinal positivo no sentido do acordo. O Deputado Lelo não entende que ficará para agosto — em agosto nós continuaremos vivendo essa agonia, Deputado Lelo, a agonia do seu Presidente. Ele que permita que façamos um acordo e se descole um pouco.

Ainda é uma tentativa de não fazer, porque a manutenção dessa proposta das diretas junto com a denúncia conspira contra o Governo, que V.Exa. aqui representa e tenta defender.

Fica claro que a possibilidade e a tentativa do Presidente, juntamente com a aceitação do Deputado Marun e de outros, são a compreensão de que temos que nos descolar. Nós que somos da Oposição estamos tentando nos descolar, e infelizmente não há entendimento. Quem tem nos dado esse discurso há 3 meses e fez com que isso chegasse junto foi a própria base do Governo.

Então, eu quero sustentar aqui que possamos celebrar esse acordo e ser concordante com o acordo que foi proposto pelo Presidente da Comissão.

Outra coisa, Sr. Presidente, só para concluir neste último minuto: eu quero estender à Comissão de Constituição e Justiça e a V.Exa., que é o Presidente, porque isso vai alterar resultados aqui na Comissão de Constituição e Justiça, para que cobre do Presidente da Casa, do Deputado Rodrigo Maia, a questão de ordem que ontem eu formulei no plenário com relação às substituições aqui.

Esta Casa vai ter alteração com relação a isso, e isso pode, sim, ser judicializado, porque ontem nós fundamentamos uma questão de ordem com relação às substituições que houve após a leitura do parecer do Deputado Zveiter com a consequente defesa do advogado Mariz.



Isso faz com que, após a leitura e a defesa, qualquer substituição comprometa os juízes que julgaram aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Foi formulada no plenário uma questão de ordem, e eu quero que V.Exa., como parte interessada e Presidente desta Comissão, que decidirá a matéria, possa cobrar do Presidente da Casa uma resposta com relação à questão de ordem formulada no plenário da Casa na noite de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o próximo inscrito, o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho compreensão distinta da que já expressou o Deputado Júlio Delgado e o Deputado Lelo Coimbra. Por que tenho compreensão distinta do que eles já expressaram? Porque a PEC que estamos discutindo não versa sobre processo eleitoral. A PEC que estamos discutindo versa sobre o momento de vacância da Presidência da República. O que versa sobre processo eleitoral é a lei eleitoral.

Por isso, se aprovarmos essa PEC, vamos dizer que nos 2 últimos anos, havendo vacância, a eleição será direta, salvo se ocorrer nos últimos 6 meses. E que lei prevalecerá? A lei eleitoral vigente.

No Amazonas, vai haver uma eleição em agosto, e a lei a ser utilizada para aquela eleição será a lei vigente aprovada por este Parlamento em 2015.

O Deputado Esperidião Amin tem razão quando ele disse para o Governo que esta PEC vai definir que, havendo vacância, prevalecerá o método da eleição direta.

Por isso, estou fazendo um apelo ao Deputado Lelo Coimbra, ao Deputado Darcísio Perondi, ao Deputado Carlos Marun para fazermos um acordo para não haver mais obstrução nesta matéria e para que nós possamos votá-la, indicando ao povo brasileiro, caso haja vacância, que haverá eleições diretas.

A lei vigente para as eleições diretas é a lei aprovada. Não há o princípio da anualidade neste debate. Não se discute o tema eleitoral. Estamos discutindo o tema da vacância e o da substituição de um Presidente da República.

Portanto, quero propor isso à reflexão do Deputado Lelo Coimbra, Vice-Líder do Governo, do Deputado Carlos Marun e do Deputado Darcísio Perondi, porque esse é o recado que nós temos que dar ao povo brasileiro.



Não está definida a vacância — está em curso esse debate —, mas o recado tem que ser dado: havendo vacância, a eleição será direta, e não indireta.

Quero prestar a minha solidariedade ao Deputado Marun, por quê? Porque os Promotores de Curitiba têm que fazer uma opção: ou eles dirigem bem aquele processo ou eles incidem sobre o momento político brasileiro. Não dá para fazer os dois.

Por isso, Deputado Marun, se esse Promotor fosse eleitor no Mato Grosso do Sul, só assim ele poderia, no silêncio do voto secreto, opinar. Eu não vejo como misturar as duas funções — e elas estão sendo misturadas.

Minha solidariedade a V.Exa., apesar de todas as diferenças e divergências que nós temos, com respeito, porque V.Exa., ainda que divirja, sempre respeita os interlocutores, nunca quebra as pontes de diálogo entre os interlocutores.

Portanto, deixo a minha solidariedade a V.Exa. e o meu pedido de reflexão para que possamos fazer esse acordo a fim de debater que a sucessão presidencial, no caso de vacância, sempre se dê por eleições diretas, exceto se ocorrer nos últimos 6 meses.

Essa a reflexão que peço a V.Exas. para darmos um sinal à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Obrigado, Deputado

Tem a palavra o Deputado Aliel Machado, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Vou respeitar o tempo, Sr. Presidente.

Quero começar, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, elogiando V.Exa. pela condução dos trabalhos não só nesta Comissão, como também na importante reunião que participamos ontem, principalmente nos bastidores, conseguindo agregar a todos, respeitando a legislação, a Constituição, o Regimento Interno. V.Exa. tem atendido a todos de maneira muito educada. Faço aqui o registro da capacidade de liderança de V.Exa. à frente desta Comissão, que é a principal desta Casa.

Quero reforçar a tese da importância do acordo, porque as pessoas de fora deste plenário, de fora desta Casa, os brasileiros que nos acompanham, os brasileiros que recebem as notícias pelos nossos órgãos de imprensa não



conseguem entender o porquê da postergação da votação de matéria tão importante como esta.

Estamos prestes a votar a criação de um fundo bilionário para campanhas. É importante o debate, é importante entendermos os cursos da democracia e os erros que foram cometidos por esse sistema. Agora, ter coragem de votar esse tipo de mudança e não ter coragem de votar uma proposta cujo relatório está pronto há mais de 1 ano, exigindo que a população seja ouvida neste momento de turbulência, num momento de gravidade política, porque não haverá possibilidade de chamamento do povo a não ser quando houver uma excepcionalidade, que é a vacância do cargo por parte dos dois: do Presidente ou Presidenta eleitos diretamente. Isso posteriormente.

Importante citar também que o princípio utilizado como justificativa para não ser utilizado neste momento de crise não é verdadeiro, tanto que a legislação eleitoral é muito clara: as mudanças na lei eleitoral, para que não vigorem para a próxima eleição, devem ser feitas com 1 ano de antecedência. Mas não existe essa regra em relação à vacância de cargo que pode ser alterada por princípio constitucional. É preciso estar explícito na lei, e não está.

Portanto, havendo alteração da lei por parte desta Casa, que é responsável, é possível de se aplicar, sim. E, principalmente, é o que o povo quer. Está provado nas pesquisas de opinião que o povo exige ser ouvido e que não concorda com eleição indireta, num caso de excepcionalidade e gravidade política.

Sr. Presidente, quero parabenizar aqueles que lutam para que o acordo aconteça. Acho importante porque já passou do tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Tem a palavra o Deputado Betinho Gomes, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, primeiramente, quero prestar a minha solidariedade ao Deputado Marun. Eu acho que ele traz aqui uma questão grave em que um agente do Estado, que deve se portar como um agente de Estado e não como um ativista ou militante político, faz um questionamento à sua atuação.



Temos enormes divergências, não é só aqui na CCJC, mas no próprio Conselho de Ética divergimos nas nossas posições, mas, legitimamente, S.Exa. sempre defendeu com clareza e objetividade aquilo que acredita. Não cabe a um agente do Estado fazer qualquer tipo de questionamento à sua conduta política no momento em que S.Exa. defende as suas ideias, ainda mais sem ter nenhum tipo de prova ou de qualquer atitude ilícita de sua parte. Esse o registro inicial que eu queria fazer.

Com relação à votação e à pauta da CCJC, acho que passamos da hora de construir um acordo. Na verdade, está-se obstruindo o Brasil com a não definição de uma data para votação desse tema.

Vários projetos aqui estão sem conseguir avançar porque há o debate intenso, o Governo tem tentado sustentar a sua posição de não pautar a matéria, a Oposição está legitimamente buscando colocá-la em discussão e, no final das contas, há um grande prejuízo para o País, quando não se delibera sobre outras matérias de grande relevância.

Já passou da hora de se construir esse acordo. Quero inclusive reafirmar a minha posição pessoal — imagino que essa seja uma posição também que vá de encontro à posição do meu partido — de compreender que essa aprovação da PEC não conseguirá alcançar nenhum tipo de saída para esta crise atual. Tenho clareza de que isso não vai prevalecer para garantir uma eleição para esta crise. Isso poderá servir para outros momentos da política e da história brasileira, mas não para este momento.

Acho um equívoco ficar embarreirando este debate, procrastinando e não deliberar sobre o assunto. Haverá ainda uma Comissão Especial a ser instituída e mais duas votações no plenário da Casa e duas votações no plenário do Senado. Ou seja, é um longo processo a ser percorrido. Até por questão de cronograma, que certamente será esticado, não haverá tempo neste momento de crise.

Portanto, faço aqui um apelo para os Líderes a fim de que tenham sensibilidade. Dessa forma, poderemos construir esse acordo e liberar a pauta da CCJ com outros temas também relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.



O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, colegas Deputadas e Deputados, neste momento em que estamos vivendo do nosso País, por incrível que pareça, ontem a *TV Globo* deu uma notícia positiva sobre a economia. Disse que a economia realmente está melhorando, que o Ministro Henrique Meirelles está no caminho certo e que isso é muito bom para recuperar empregos. Isso é fruto de trabalho feito pela equipe do Presidente Temer, pelo Presidente Rodrigo Maia, que vem muito bem administrando a Casa, e pelos Deputados e Deputadas que querem o melhor do nosso País.

Sr. Presidente, o Brasil não precisa de mais maldades. Ele não precisa e nem há necessidade de mais maldades. Não há.

Eu sou franco. Imaginem o que acontecerá se — nós recebemos o salário em dia, mas há 13 milhões de desempregados — aprovarmos nesta Comissão uma proposta de eleições diretas? O que isso vai ajudar na vida do trabalhador? O que vai mudar na vida do trabalhador? Eles vão dizer: *“Eles estão querendo gastar mais”*. Quanto custa uma eleição?

O que isso vai somar para o povo brasileiro? Nada. Só vai somar para os partidos que ajudaram a quebrar o Brasil que são o PT, o PCdoB, Rede, PSOL, PDT e outros. Só vai ajudar a esses partidos para que eles tenham discurso.

Com toda a sinceridade, precisamos pensar em salvar a economia e gerar empregos. Essa é a nossa obrigação, esse é o nosso objetivo. Não vou servir de escada para esses partidos que deixaram o Brasil na situação que o deixaram. Na minha opinião, os Deputados e Deputadas que querem realmente ajudar o nosso País, devem esperar passar essa turbulência e, em agosto ou setembro, conforme a proposta do nosso Líder da Maioria, Deputado Lelo Coimbra, fazemos essa votação. Mas, por enquanto, essa votação não ajuda em nada, ela não soma em nada, ela só vai dar discurso. Quero lembrar um detalhe: no dia 30, houve uma manifestação pelas eleições diretas. Todos foram chamados para dela participar. Quem estava nessa manifestação eram somente os membros dos partidos da CUT e da CTB. O povo não quer saber mais de ser enganado.

Portanto, como Vice-Líder da bancada do PMDB, sou a favor da proposta do Deputado Lelo Coimbra. Depois das votações que estão aqui sendo feitas — elas também não têm nada a ver, mas nós temos que votar — votaremos essa PEC.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa., Deputado.

Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, este Governo aprovou hoje no Senado a reforma trabalhista, uma das reformas estruturantes para o País. Eu não sei de onde o colega ou a colega afirmou que este Governo é um governo moribundo.

A taxa SELIC deve chegar ao fim do ano com 7,75%. Ela já caiu um terço, o Governo poupou 100 bilhões de reais em serviço da dívida. Na realidade, ele não tem esse dinheiro, ele emite novos títulos e aumenta a dívida. Os juros estão caindo, a taxa SELIC sinaliza. A safra este ano é 30,7%, segundo previsão do IBGE. Hoje se sanciona no Palácio algo extraordinário.

Quando eu tinha 15, 16 anos, no Governo Jango, havia o CPC — Centro Popular de Cultura, já me metia junto com os padres capuchinhos e eu ouvia falar em reforma bancária, reforma sanitária na área da saúde e reforma urbana. Este Governo hoje sanciona a reforma urbana. Aqueles favelados que estão em área pública, há 20, 30 anos, vão receber o título de propriedade. Isso é dignidade humana! Eles receber o título de propriedade. Nós votamos, sem o voto da Oposição. Ela, sim, está doente. A Oposição, sim, está doente.

Querem votar diretas já? Eleições diretas já existem. Não resolve para a eleição essa. Por que botar mais querosene na fogueira? É isso o que a Oposição quer. Nós admitimos conversar, Presidente, no mês de agosto e setembro, mas vamos votar agora esse processo, essa denúncia vazia e descabida do “super” Janot, que se confirmou nesta Mesa. Vamos votá-la! É isso o que está nos nossos corações, no coração de V.Exas. O Deputado Júlio Delgado sonha com isso, o Deputado Paulo Teixeira, ligado à parte da Igreja Católica atrasada, também sonha. É preciso que haja bom senso.

Para encerrar, esta Casa vai decidir — aqui nós temos votos — no plenário, se nós vamos ceder à ditadura dos togados, dos promotores que agora estão começando a fazer vaticínios ou não. Ou esta Casa enfrenta ou vai ser tomada pelos promotores. Isso nós vamos resolver!

Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Presidente, peço a palavra para falar como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Não queima a sua oportunidade de Líder, não. V.Exa. pode falar.

Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, V.Exa. me inscreve depois? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Está aqui a ordem: Deputados Luiz Couto, José Carlos Aleluia, Afonso Motta, João Daniel, Alessandro Molon e Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, o acordo. Nós já ouvimos a palavra do Líder e dos Líderes do PMDB, que não aceitam esse acordo. Como o acordo é feito por vários partidos que o estão apoiando — PSOL, Rede, PDT, PCdoB —, bem como por Parlamentares, como o companheiro Júlio Delgado e outros, o acordo depende dessa decisão.

Contudo, esse discurso dos Deputados Darcísio Perondi e Mauro Pereira é um discurso que não tem consistência. A cada dia, vai-se repetindo. É algo que deveriam filmar ou gravar, porque, todas as vezes que falam, é a mesma coisa: é um ódio, é um rancor, é uma intolerância profunda. Não é possível que isso aconteça.

Sr. Presidente, inclusive pedimos a V.Exa. aquela acusação feita pelo defensor, Dr. Mariz — ontem ele não fez defesa, fez acusação. Para análise, eu gostaria de pedir a V.Exa. a fala defensor, Dr. Mariz, para que possamos nos debates de amanhã possamos nos posicionar sobre essa fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - V.Exa. pede que disponibilizemos a defesa escrita?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, disponibilizá-la, para que possamos gravar e dela tirar informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Perfeitamente. O parecer do Relator e a defesa escrita já estão disponibilizados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aquele escrito já está disponibilizado. O que nós queremos é a fala dele de ontem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Mas V.Exa. quer transcrito?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, nós já temos. Peço a V.Exa. que coloque no *site*, para que possamos depois tirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - A imagem, o vídeo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse aspecto, Sr. Presidente... *(Pausa.)*
Já temos a transcrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - A Taquigrafia está providenciando a transcrição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está bem.

Agora, eu acho o seguinte, Sr. Presidente: nós fazemos isso mais em consideração a V.Exa. V.Exa. é um democrata, que está tentando votar.

E mesmo que nós votássemos aqui, há todo o processo ainda. Vai à Comissão Especial, por 45 dias, para análise. Depois vai para o Plenário, com duas votações, sendo necessários 308 votos contrários. Ser for aprovado, vai para o Senado. Enfim, há uma série de questões.

O que nós queremos é regulamentar na Constituição que, no caso de vacância do Presidente e do Vice-Presidente, sejam feitas eleições diretas, a não ser que falem 6 meses, porque, nesse caso, não haveria condições de se fazer o processo de eleição direta.

Mas, hoje, votando a possibilidade de que isso aconteça... O fato é que, havendo uma na posição, estão com medo, porque, se de fato for afastado o Presidente Temer pelo Supremo, eles querem continuar mandando neste País. E isso vai ser uma destruição, porque o povo brasileiro está vendo e acompanhando. Está percebendo que eles não querem eleições diretas, eles querem continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - V.Exa. está de acordo, Deputado? Podemos fazer a retirada?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso depende do acordo de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Perfeitamente, o próprio Relator já opinou favoravelmente.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas há outros partidos, como o PSOL...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Sim, claro! Mas V.Exa. acha razoável que façamos a retirada e a reinclusão, logo após a finalização da apreciação da denúncia?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o PMDB não aceita, Sr. Presidente. O PMDB já disse que não aceita isso. Então, se não aceita isto aqui, nós vamos continuar, mesmo com a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Não, o Deputado Lelo, do PMDB, manifestou que é possível reincluímos logo no início de agosto, após o encerramento da discussão em relação à denúncia do Presidente, não é isso?

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, eu fui citado. Eu gostaria de fazer uma explicação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Foi citado, Deputado?

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de falar ao meu colega Deputado Padre Luiz Couto sobre essa questão da economia. Quem acompanhou o meu trabalho em 2015 sabe do que vou falar.

A minha região é essencialmente social, onde o polo metal-mecânico é um dos maiores do País, mas lá o desemprego afetou quase 70% do mercado. Acontece que o pessoal do Partido dos Trabalhadores tem mania de menosprezar o que os outros fazem. Em 2015, pelo bem da economia, eu fui o único Deputado do PMDB que votou 100% nas propostas da Presidenta Dilma Rousseff, inclusive defendendo-as.

Na CPI do BNDES, quando houve a convocação dos irmãos Batista, eu votei junto com a bancada do PT para não convocá-los, para não atrapalhar a economia do País. Era esse o argumento que havia para a não convocação dos irmãos Batista. E eu votei junto com a bancada do PT, para não atrapalhar a economia do País.

Por isso, a minha posição é contra esta votação agora, para não atrapalhar mais a economia, porque nós precisamos mesmo é gerar empregos.



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Mas chamar eleição direta de maldade, meu amigo Mauro Pereira? Maldade não é.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Eleição direta vai haver em 2018, meu irmão Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não, não. Chamar a proposta de maldade?

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - É maldade sim, agora é.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Mas é agora porque V.Exas. não deixaram votar no ano passado! Quem a fez ser atual agora, foi o Governo.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Quanto custa uma eleição direta, Senador? Quanto custa uma eleição direta?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Foi o Governo que procrastinou, em contradição com o (*ininteligível*). O senhor votou também.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Para eleger o Lula? Para eleger o Lula? Vai eleger o Lula?

O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - Sr. Presidente, vamos garantir a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Deputado Esperidião Amin quer o Lula. O Deputado Esperidião Amin quer diretas já, para eleger o Lula!

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - O Deputado Esperidião Amin quer que se eleja o Lula, quer que se eleja o Lula!

O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - Vamos garantir a palavra, Presidente!
(*Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.*)

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não, eu quero eleição direta, eu quero eleição direta.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - O Deputado Esperidião Amin tinha que estar filiado ao PT. Está querendo eleger o Lula!

Eu não quero o PT nunca mais!

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu quero o que o PMDB dizia que queria.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Deputado Esperidião Amin quer diretas já para eleger o Lula.



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O PMDB dizia que era bom.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Eu peço tranquilidade ao Plenário. Vamos dar sequência aos trabalhos.

Está encaminhada a questão do acordo. O Deputado Esperidião Amin, que é o Relator, concorda em fazer a retirada de pauta. Vamos fazer a inclusão na primeira semana de agosto, logo após a finalização da discussão desta denúncia. Vamos garantir a palavra.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, V.Exa. pode fazer o acordo com o Relator e retirar de pauta. Não fez acordo conosco, com o Democratas.

Eu entendo que a Constituição é uma regra básica de uma sociedade que tem que ser usada nos momentos necessários. Esta Casa, quando era presidida, se não me falha a memória, pelo Deputado Oliveira Brito, propôs uma emenda para apaziguar as coisas, a Emenda Parlamentarista. Diante da crise da renúncia de Jânio Quadros, a Comissão, às pressas, aprovou a Emenda Parlamentarista, que deu posse ao Presidente Jango, sem os poderes de Presidente de uma república presidencialista.

O parlamentarismo teve vida curta, como vida curta têm todos os improvisos que são feitos em uma Constituição. Logo em seguida, o Presidente constitucionalmente eleito para ser presidente num regime presidencialista começou uma campanha para acabar com o parlamentarismo. E conseguiu acabar com o parlamentarismo. De improviso em improviso, o Brasil terminou, em 1964, interrompendo o mandato do Presidente Jango.

Portanto, a Constituição é algo para ser usado. É uma sentinela silenciosa da sociedade. E, para guardá-la, existe o Supremo Tribunal Federal e existem as Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas. Nós estamos aqui para guardar a Constituição, e não para improvisar a Constituição.

Eu entendo perfeitamente a motivação dos companheiros da base do Presidente Lula e da Presidente Dilma, que governaram durante longo período, e em nenhum momento se preocuparam em tratar dessa emenda. Agora que o Brasil vive



uma crise política — e esta Comissão está no centro, no foco da crise política, discutindo uma possível licença para o Supremo Tribunal processar o Presidente da República —, só agora todos se interessam avidamente por votar esta PEC.

Sr. Presidente, da nossa parte, da parte do Democratas, nós não retiraremos a obstrução a esta PEC até que a crise política seja superada.

Não se trata de votar aqui a questão da licença ou não, até que a crise política seja superada. Eu não tenho prazo para isso. E, se não há prazo para terminar a crise, não há prazo para retirarmos a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Deputado, eu até reconheço a inconveniência da discussão neste momento. O Deputado Esperidião Amin também, de certo modo, concorda com a possibilidade de retirada de pauta na data de hoje, mas nós pautaremos — eu já disse isto — semanalmente esta PEC. Em algum momento, vamos ter que apreciá-la.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - O único inconveniente é que eu marco almoço com os amigos e não posso ir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - V.Exa. vai ficar sem almoço pelo menos uma vez por semana. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Vai fazer muito bem à sua saúde um processo de lipoaspiração, acrescentado ao seu corpo esguio, Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Eu peço ao Deputado José Carlos Aleluia e ao Democratas compreensão em relação a isso. Nós estamos aqui vencendo a admissibilidade ou não da PEC. Em seguida, vai para o Presidente Rodrigo Maia, para que delibere sobre a Comissão Especial, ou não, neste momento.

E lembro que, conforme o art. 16 da Constituição, esta PEC não tem efeito prático para esta crise de agora. Portanto, levemos tudo isso em consideração. O Senado já aprovou sem maiores problemas. Nós podemos perfeitamente discutir esta PEC, sob pena de haver uma obstrução da Oposição que inviabilize a Comissão no mês de agosto.

Portanto, peço a V.Exa. compreensão e a sensibilidade, nesse sentido.



O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Pois não, Deputado Mauro Pereira.

O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - Vamos manter a ordem. Sr. Presidente. Há pessoas que já falaram três ou quatro vezes na sessão.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Eu queria fazer uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação para esclarecimento à sociedade brasileira. Eu preciso que sejam passados os números de quantas vezes foram feitas mudanças de membros daqui desta Comissão nos últimos 5 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Já compreendi. Eu peço a V.Exa. que encaminhe esse requerimento à Secretaria-Geral da Mesa, que é o órgão responsável pelo acolhimento das substituições.

Nós, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, não temos esse controle porque isso cabe à Secretaria-Geral da Mesa. A nós cabe apenas acolher a composição definida dos partidos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Eu me informei antes. Falaram-me que eu poderia pedir a V.Exa., que encaminharia a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Pode pedir a mim. Posso encaminhar ao Presidente.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Isso é muito importante, porque agora há pessoas fazendo gracinha, dizendo que não se pode mudar membros, e sempre houve mudança de membros. Portanto, nós temos que parar de fazer gracinhas e agir com responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Eu estou explicando a V.Exa. que o órgão responsável por essas alterações, que haverá de ter esse controle, é a Secretaria-Geral da Mesa, e não a Comissão de Constituição e Justiça. As Comissões, inclusive a Comissão de Constituição e Justiça, recebem a composição dos partidos que vem da Secretaria-Geral da Mesa. Portanto, seria conveniente, até por agilidade, que V.Exa. fizesse esse requerimento à Secretaria-



Geral da Mesa. Eu me coloco à disposição no sentido de também me empenhar na obtenção dessa informação.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Ouço o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu quero saber quem é que está fazendo gracinha aqui. S.Exa. disse que tem gente fazendo gracinha. Quem está fazendo gracinha aqui na Comissão? O Deputado tem que nominar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Eu não sou, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem está fazendo gracinha aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - A carapuça não me serviu.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - O próximo inscrito é o Deputado Afonso Motta. S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, pelo amor ao debate, eu gostaria de fazer alguns registros sobre considerações feitas pelos colegas Parlamentares há pouco.

Em primeiro lugar, as referências que são feitas à política macroeconômica do Governo são evidentes falácias. É claro que não há como negar que a atividade econômica vem sendo deprimida. Sobre as reações de um segmento ou outro segmento, sobre as movimentações de mercado, é óbvio que, assim como existem reações negativas, há reações positivas. Mas a verdade é que essa queda da inflação, que essa queda nominal dos juros — só nominal, não é queda real — demonstra a evidência de que nos encontramos em deflação. Essa é a verdade.

Por outro lado, o Governo há que se preocupar com a gestão das suas contas. Há um dado que foi publicado nesta semana que também é incontestável: os investimentos públicos com relação ao mesmo período do ano passado recuaram 46%. Esse é o resultado desta gestão de ajuste fiscal radical que o Governo vem



realizando, de desatendimento daquilo que é essencial para a qualificação das vidas das pessoas, para a implementação da política pública nos campos mais importantes da atividade social.

Quero dizer também que esse desmerecimento de autoria, que vem se repetindo aqui na Comissão nas últimas reuniões e que também tem alcançado o Plenário da nossa Casa, é o desmerecimento dos Poderes, é o desmerecimento da democracia, é o desmerecimento da vida institucional. Em um determinado momento, convém desqualificar a autoria, porque se trata de uma denúncia contra o Presidente da República. No momento seguinte, qualifica-se a autoria porque há interesse na aprovação de uma determinada regulamentação. Não é assim. Isso nos desmerece.

O Governo, com grandes louros, acha que com legitimidade pode aprovar a reforma trabalhista hoje, que está contribuindo para o emprego, que está contribuindo para o desenvolvimento do País, diante de um quadro de recessão. Cá para nós, isso significa não acreditar naquilo que é básico e essencial para a vida do povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Alessandro Molon, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, antes de mais nada, cumprimento V.Exa. pela condução dos trabalhos ontem. Independentemente de qualquer divergência quanto às decisões de V.Exa., todos nós reconhecemos o zelo, o compromisso de V.Exa. com a sua consciência, com a sua interpretação do Regimento. Antes de tudo, quero cumprimentá-lo por isso. Nunca é demais dizê-lo.

Em que pese eventualmente divergirmos em uma ou outra questão, o que é natural e também democrático, V.Exa. tem se comportado como um magistrado na condução dos trabalhos. Eu faço questão de reconhecer isso publicamente, como já disse pessoalmente a V.Exa. Acho que é uma questão de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Eu agradeço a V.Exa.

Reservarei o seu tempo — peço que o paralise — até para fazer o reconhecimento de um ato falho que pratiquei com relação a V.Exa. na sessão de ontem, quando interpretei que a fala de V.Exa. era uma iminência de



descumprimento do acordo celebrado na Presidência da Comissão, do qual V.Exa. participou. Foi um mal-entendido da minha parte, quando referi que V.Exa. discutia a questão do prazo da defesa, considerando que a premissa de V.Exa. é que o Procurador-Geral da República seria convidado também. V.Exa. tinha essa premissa e, por isso, celebrou o acordo em relação à oportunidade de a defesa falar.

Portanto, peço desculpas a V.Exa. em relação a essa minha má interpretação, que não gerou nenhum tipo de dificuldade ou de prejuízo para o andamento da sessão, mas é importante fazê-lo publicamente neste momento, porque V.Exa. em hora nenhuma descumpriu, pensou em descumprir ou cogitou descumprir o acordo que foi celebrado, do qual V.Exa. participou.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Sr. Presidente. Esta é mais uma razão para cumprimentá-lo e para agradecer a V.Exa. a correção da sua conduta.

Em segundo lugar, quero apoiar o acordo proposto por V.Exa. de discussão desta PEC das Diretas. O Relator da matéria, Deputado Esperidião Amin, já proferiu o seu parecer há mais de 1 ano, o que prova que esta discussão não é e nunca foi oportunista, casuística. Era uma questão de princípio do autor da proposta, um Deputado da Rede, do Relator da matéria e dos Deputados que lutam pela matéria. A proposta de acordo apresentada por V.Exa. é correta e conta com nosso apoio.

Parabéns também por esta iniciativa!

Em último lugar, quero dizer a V.Exa. que nós o cumprimentamos também pela manifestação de desacordo com o troca-troca de membros desta Comissão. Eu ouvi a entrevista de V.Exa. nesta manhã, numa rádio de grande audiência. V.Exa. foi muito correto, ao manifestar a sua preocupação com a alteração da composição da Comissão para a criação de um resultado que não corresponde ao que seria, tivesse sido respeitada a composição original.

Mais uma vez, também cumprimento V.Exa. por isso. Eu abraço também essa visão. Entendo que o Governo está ferindo a separação de Poderes, ao pressionar Líderes partidários para a troca de membros. Infelizmente, isso tende a produzir um resultado artificial, que não seria aquele alcançado com a composição original.

Nós iremos ao Judiciário questionar isso também. Sabemos que isso afronta os princípios mais básicos da Constituição e do Direito.



E aguardamos a manifestação de V.Exa. sobre uma questão de ordem apresentada por um colega.

Nós já estamos preparando uma ação na Justiça. Todos os colegas que quiserem apoiar esta ação estão convidados. Vamos ingressar no Supremo, questionando esse troca-troca, já que entendemos que isso fere os princípios mais basilares da democracia, em especial o princípio do juiz natural. Deveria haver aquela a composição da CCJ, quando a denúncia chegou à Casa. Qualquer alteração, para um lado ou para o outro, deveria ser indeferida pelo Presidente a seguir.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Valmir Prascidelli. S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu queria usar o tempo de Líder também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Com acréscimo do tempo de Liderança do PT, V.Exa. tem 12 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, inicialmente, assim como fizeram alguns colegas, também quero parabenizar V.Exa. pela condução deste processo, que, todos sabemos, é um processo bastante polêmico, bastante delicado.

E V.Exa. tem agido, de fato, como magistrado, ora descontentando a Oposição, ora descontentando o Governo, mas tentando preservar o bom andamento desta Comissão e o bom andamento dos trabalhos que nós temos a obrigação de fazer.

As nossas posições políticas, obviamente, são debatidas, mas V.Exa., não só na sessão de ontem, mas durante toda a condução do trabalho desta Comissão, tem agido de forma bastante exemplar.

Segundo, na linha do que alguns colegas expressaram aqui, também vou expressar a minha solidariedade ao Deputado Carlos Marun. Todos sabem que temos divergências profundas do ponto de vista político, debatemos raras vezes matérias do mesmo lado aqui nesta Casa, no entanto, o Deputado Carlos Marun tem sido um Parlamentar de posições bastante claras no exercício do seu mandato,



cumprindo aquilo que o povo de Mato Grosso designou — assim como os demais Deputados —, e nós não podemos aceitar que aqueles que ocupam algum tipo de cargo, especialmente no Ministério Público, possam usá-los para fazer política de forma indevida.

Portanto, quero prestar minha solidariedade ao Deputado Carlos Marun e também, obviamente, a este Parlamento, que tem seu papel constitucional a cumprir e não pode estar submetido às opiniões políticas de alguns procuradores, que usam os seus cargos, repito, para fazer luta política.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que não consigo compreender os companheiros Deputados do PMDB, do DEM, dos partidos que têm dado sustentação a este Governo. Não consigo, de fato, compreender.

Primeiro, esta matéria tenta efetivamente preservar a nossa Constituição. Nós queremos fazer uma alteração constitucional para que não fiquemos na vulnerabilidade conjuntural das questões pelas quais obviamente estamos passando agora e passaremos eventualmente no futuro.

A alteração constitucional que está sendo proposta agora, conforme já foi dito por alguns Deputados, não foi proposta na semana passada, não foi proposta depois que o Procurador-Geral da República ofereceu uma denúncia contra o atual Presidente. Foi proposta já há algum tempo, e já há algum tempo nós estamos tentando votar nesta Comissão.

As coisas vão se acumulando e, na relação política, as coisas vão se exacerbando. A conjuntura vai criando dificuldades exatamente porque não há sensibilidade da compreensão de que uma alteração constitucional como esta é feita pensando no futuro, e não só numa situação presente. Esta é a primeira questão.

Uma segunda questão fundamental que, acredito, precisamos observar em alguns discursos feitos aqui é esta: parece a mim — e certamente ao povo, que nos acompanha — que nós estamos vivendo em dois Brasis. A argumentação por parte daqueles que querem sustentar este Governo, que dificilmente se sustentará, é que o Brasil está se recuperando, que a economia do País está crescendo, que o Brasil pode voltar ao patamar de altivez internacional que exerceu durante algum tempo, que a população pode ter uma expectativa de melhora, etc. Mas isso está na cabeça de alguns, porque, na vida real do povo brasileiro, isso não está acontecendo.



Ao contrário disso, o desemprego aumenta a cada dia. Já são 14 milhões de desempregados. Não há um setor industrial brasileiro que tenha retomado os seus investimentos. A inflação tem caído por conta de uma recessão, porque não há consumo. No cenário internacional, inclusive, nem se fala! Nós temos passado vergonhas atrás de vergonhas.

As poucas boas notícias de índices econômicos que eventualmente se pode ter ocorrem em função de uma alteração de agenda que este Governo tem feito, retirando programas sociais para manter pagamento de juros e para manter uma expectativa do mercado financeiro. É só isso.

Hoje o Senado está discutindo — e esperamos que os Senadores tenham bom senso e adequadamente reflitam sobre o que está em jogo — a famigerada reforma trabalhista. Nós poderemos destruir um conjunto de legislação trabalhista conquistado em séculos de lutas, pelos trabalhadores brasileiros. E não venham me dizer que isso é para que nós possamos ajudar a nossa economia a voltar a crescer, porque não se volta o crescimento econômico e não se recupera a economia prejudicando a população, especialmente a população mais pobre!

Ajustes precisam ser feitos eventualmente na nossa legislação, mas o que nós não podemos permitir é que, em detrimento dos direitos e garantias individuais de trabalhadores, de milhões de trabalhadores brasileiros, privilegiemos setores econômicos que têm explorado historicamente a nossa Nação.

A esses Deputados que vivem dizendo que o Brasil está se recuperando e que citam inclusive dados da Rede Globo, quero dizer que, para mim — e para muitos outros Deputados e para muitas outras pessoas da sociedade —, a Rede Globo já adotou um lado. A *Rede Globo*, assim como outros setores da nossa sociedade, querem preservar esta equipe econômica que está aí. Para eles, pouco importa se é o Temer ou quem será. Eles querem é preservar esta equipe econômica, para preservar a destruição do Brasil, para preservar a destruição da nossa Previdência Social, para preservar a entrega dos nossos patrimônios para o capital nacional e internacional. Por isso, conforme expressou um Deputado e conforme estou dizendo, a Rede Globo trouxe índices satisfatórios, etc. É por isso que traz esses índices satisfatórios: para preservar esta equipe econômica que está destruindo o Brasil. Pouco importa se é o Temer ou quem será.



E nós estamos vivendo isso aqui. Nós tivemos ontem um debate que não aconteceu da forma que o Governo esperava, porque o Relator do próprio PMDB apresentou um relatório considerando que a denúncia deve ter sequência e o Presidente da República deve ser investigado. E a argumentação principal para não haver eleição direta é que o Presidente Lula pode ganhar eleição.

Vejam qual é a baixeza de raciocínio desses Deputados! Primeiro, porque eles garantem que têm os votos suficientes para derrotar esse relatório aqui na Comissão de Constituição e Justiça; segundo, porque garantem que têm os votos suficientes para derrotar esse relatório no Plenário e que, portanto, a denúncia não seguirá e o Presidente Michel Temer continuará exercendo o seu mandato. Ora, se têm essa segurança, se têm essa garantia, por que não querem fazer o debate?

E, repito, este não é um debate conjuntural, é um debate que nós estamos tentando fazer há algum tempo nesta Comissão. Mas infelizmente, por obstrução do Governo, por falta de vontade do Governo, por medo do Governo, essa matéria não tem sido votada. E acumulam-se, obviamente, os problemas conjunturais com os debates desta matéria.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu creio que, mais uma vez, o Presidente desta Comissão, Presidente Rodrigo Pacheco, está fazendo um gesto importante, porque nós faremos o debate nesta Comissão, a partir de amanhã — está pautado para amanhã —, desta matéria importante que está sendo discutida, a denúncia contra o Presidente Michel Temer. Esse debate deve durar 2 ou 3 dias, e depois a matéria irá ao plenário. E o Presidente está propondo que só depois disso nós retomemos esta discussão, qual seja, ele está querendo mais uma vez preservar o debate de outras matérias e a sequência e a pauta desta Comissão, para que nem o Governo nem a Oposição possam ficar obstruindo as matérias e esta Comissão possa trabalhar adequadamente, como espera o povo brasileiro, debatendo, discutindo, votando e aprovando as demais matérias que constam da pauta.

Então, eu não vejo o porquê de não buscar este encaminhamento, eu não vejo o porquê de não buscar essa lógica, que não preserva a Oposição nem o Governo, que não ajuda a Oposição nem o Governo, mas que ajuda a tramitação das demais matérias desta Casa e nos possibilita ter bom senso — bom senso até



para que aqueles que acham que nós não devemos fazer essa alteração constitucional possam colocar efetivamente a sua digital, porque não se trata de uma matéria eleitoral, mas de uma matéria constitucional.

Aqueles que entendem que, na ausência de Presidente e de Vice-Presidente nos 2 últimos anos do mandato, uma eleição tem que ser feita de forma indireta, conforme consta hoje na Constituição, que votem dessa forma. Aqueles que entendem que essa alteração constitucional pode ajudar o Brasil numa situação futura vão evidentemente votar a favor dela.

E eu acho, obviamente, como disse durante todo o tempo aqui no debate desta matéria, que não se trata de uma matéria conjuntural, mas de uma alteração para preservar o protagonismo do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

Na sequência, pela ordem de inscrição, usarão da palavra os Deputados Reginaldo Lopes, Chico Alencar, João Daniel, Alceu Moreira e Ivan Valente. Haverá uma fala pela Liderança do PMDB, e estão inscritos os Deputados Mauro Pereira e Carlos Marun. A fala de Liderança tem precedência.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - O Deputado Marun falará primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Se V.Exa. quiser falar agora, concederei a palavra.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, V.Exa. me permite fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - As falas de Liderança têm precedência.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Só quero introduzir, Presidente, um tópico que tem sido desprezado por todos. Nós desta Legislatura aprovamos em 2015 o art. 224 do Código Eleitoral, que já prevê eleição direta para Presidente da República. Nós todos votamos, indevidamente, porque não se pode mudar a Constituição por lei. Mas nós votamos essa matéria! O art. 224 do atual Código Eleitoral, relatado pelo Deputado Rodrigo Maia, prevê a realização de eleição direta até que se completem 3 anos e meio de mandato do Presidente da República.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos seguir a ordem de inscrição. O PMDB quer fazer uso da palavra agora, neste momento?

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Então, como a fala da Liderança tem precedência, passo a palavra ao eminente Deputado Carlos Marun, que falará pela Liderança do PMDB.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, eu falo pela Liderança, mas informo que manifestei, há cerca de 1 hora, a minha posição pessoal a respeito da questão da obstrução, a respeito da questão da admissibilidade ou não da possibilidade de realização de eleições diretas.

Tenho a minha posição pessoal. Avancei em um diálogo com algumas Lideranças, inclusive da Oposição, e espero o retorno. Em surgindo um retorno positivo das colocações que fiz, vou tentar convencer o meu partido e a Liderança do Governo de que caminhemos no sentido de celebrar esse acordo. Eu não gosto de delonga e não gosto de obstrução; eu gosto de decisão, *duela a quien duela*, como dizem. É disso que eu gosto. Esse é o meu jeito de tocar a vida e o jeito com o qual quero também tocar a política. Então, já conversei e espero uma sinalização positiva ao que coloquei.

Quero também — já que nos foi cobrado várias vezes hoje pela manhã um posicionamento nosso em relação ao relatório do Deputado Zveiter — dizer que, no nosso entender, ele é contaminado por um erro capital e fundamental, pois desconsidera um princípio básico da civilização, um princípio básico do Estado de Direito, quando, mesmo reconhecendo a inexistência de provas, recomenda a punição do Presidente. Isto é básico, é cristalino: punir sem provar a culpa é típico das ditaduras, é típico da barbárie ou do oportunismo com que muitos querem tocar a questão que está sendo discutida agora.

Neste momento, ao defender situações típicas das ditaduras, o Sr. Zveiter desconstruiu qualquer possibilidade de permanecer no PMDB. Quero deixar isso bem claro. *“Ah, vamos pedir a expulsão hoje!”* — assim me cobrou inclusive o Deputado Amin. Não, temos coisas mais importantes para fazer neste momento. Não vamos dividir nossos esforços em duas frentes. Todavia, ouvi ontem a bancada, ouvi



membros do partido, e posso afirmar peremptoriamente que não existe mais ambiente para a permanência no PMDB do Sr. Zveiter.

Não sei qual é a origem política do Sr. Zveiter, mas não deve ter sido uma luta contra a ditadura, já que agora ele se rende a princípios basilares desse regime. Então, ele não serve para o PMDB. Espero que ele procure outro partido, até para que não haja o constrangimento de termos que pleitear a sua expulsão, coisa que seria triste, até porque, em princípio, em nível pessoal, não temos inimizade. Mas quero deixar bem claro que esta é nossa posição: quem defende coisas pusilânimes, como punição sem culpa, pode caber no PSOL, na REDE, no PT, mas não cabe no PMDB.

Em sequência, Sr. Presidente, quero dizer que queremos que isto se resolva com a maior brevidade possível e tenho certeza de que este Governo e este partido, o PMDB, estão dispostos a conversar sobre qualquer acordo que inclua no seu bojo a celeridade — não o tratorar, não a correria, mas a celeridade com respeito ao Regimento.

Qualquer proposta que nos seja dirigida no sentido de que tenhamos celeridade no trato dessa questão, respeitando o Regimento, será, sim, bem recebida por todos nós e terá um tratamento respeitoso por parte da bancada do PMDB e das bancadas que compõem o Governo. Tenho certeza disso, mesmo não sendo Líder. Tenho certeza de que esse é o nosso pensamento.

Passo a palavra, pelos minutos que nos restam, ao Deputado Mauro Pereira, para que ele complemente a fala do PMDB.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, colegas Deputados, na verdade, eu só gostaria de fazer um comentário sobre o pronunciamento de um Deputado do Partido dos Trabalhadores que me antecedeu e que falou pela Liderança.

Uma das coisas que devemos fazer aqui é respeitar os servidores públicos federais, em especial os do IBGE e do Ministério da Fazenda, que são profissionais. Os números da economia que são divulgados são números oficiais do Banco Central, do IBGE, enfim, são números divulgados por técnicos concursados, pessoas do mais alto quilate. Para passar em concurso público, o candidato tem que ser bom; não pode ser mais ou menos.



E a economia realmente vem melhorando. E eu digo que vem melhorando porque nós fazemos uma comparação com o Governo anterior. Nós assumimos o Brasil há 1 ano e 2 meses, depois do Governo do PT e dos partidos que ajudaram aquele partido a governar. Eles quebraram o Brasil, deixaram o Brasil de joelhos, deixaram o País numa situação de calamidade pública. A ex-Presidenta Dilma não pagava mais dívida de ninguém. Não pagava! Quem pagou o Restos a Pagar da época da Presidenta Dilma foi o Presidente Temer, agora em 2016. Essa é a realidade, essa é a verdade.

E eu quero dizer também que o PMDB é um partido muito democrático e que aceita a todos. Nós aceitamos que entrasse no partido o Deputado Sergio Zveiter, o qual, pelo que ouvi no seu pronunciamento ontem, é uma pessoa soberana, que não depende da política ou de partidos. Pelo jeito, pelo que ele disse, eu não tenho dúvidas de que ele vai deixar o PMDB. Digo isso pela maneira com que ele se reportou, dizendo que ele não precisa de ninguém, não precisa de partido, porque ele é soberano, porque ele “é o cara”. Eu duvido.

Aqui nesta Casa, neste Congresso, eu acho que é difícil existir um partido capaz de receber uma pessoa do quilate dele, porque ele é muito bom, ele é uma pessoa fantástica. Ele é um advogado — e ele mesmo disse isto durante a leitura do relatório — que não tem experiência nessa área. Isso está no corpo do relatório. “*Eu não tenho experiência nessa área, essa área não é a minha*”. Mas ele fez o relatório.

Então, eu quero dizer com toda a sinceridade: a maioria absoluta dos Deputados e Deputadas desta Casa é de pessoas inteligentes, que sabem muito bem que o Brasil, para dar certo, precisa de uma equipe econômica, precisa de um Presidente como Michel Temer e precisa de um Presidente da Casa como o Deputado Rodrigo Maia, que vem fazendo um ótimo trabalho.

E a Câmara dos Deputados, mesmo com todas as obstruções do PT — eles só sabem obstruir —, está trabalhando, está votando, e o Brasil está melhorando. Eu não faço acordo com o Partido dos Trabalhadores, por causa de atos como os que aconteceram lá no Senado: Parlamentares do Partido dos Trabalhadores invadiram o plenário do Senado e tiraram o Presidente daquela Casa do comando.

Esta é a minha posição: eu sou contra, já de antemão, a proposta do meu colega Deputado Carlos Marun, porque há partido que não merece respeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Eu vou fazer um encaminhamento.

Há outros inscritos, e nós vamos respeitar a ordem de inscrição, mas lembro que nós teremos reunião às 14h30min para discussão da pauta da Comissão de Constituição e Justiça.

Já se identifica a impossibilidade de tratarmos da PEC 227, de 2016, na data de hoje. Há o compromisso por parte da Presidência, Deputado Luiz Couto, de que essa matéria seja reiteradamente incluída na pauta, quantas vezes sejam necessárias, para que se possa ultimar essa apreciação. O próprio eminente Relator, o Deputado Esperidião Amin, concorda com essa retirada neste momento, na data de hoje, com esse compromisso da retomada da pauta na sequência.

Quanto à perspectiva de termos recesso ou não, se não o tivermos, designaremos reunião da Comissão de Constituição e Justiça para a próxima semana, com a inclusão desse item em pauta. Se tivermos recesso, na retomada dos trabalhos novamente estará em pauta a PEC 227, de 2016.

Mas, neste instante, então, fazemos a retirada de pauta dessa matéria, por consenso, com o aval e a concordância do eminente Deputado Relator.

Já são 12h50min. Eu posso encerrar a sessão?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Perfeitamente, Sr. Presidente. V.Exa. fez a proposta, e o que se obteve foi o possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Eu agradeço.

Vamos fazer o encerramento da sessão?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, há duas questões importantes que eu e o Deputado Ivan Valente precisamos abordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Essas questões são graves. Por isso, eu pediria muito que os representantes da bancada do Governo — ou pelo menos do PMDB — aqui estivessem.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Qual PMDB?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Refiro-me ao PMDB governista, temerista, temerário, talvez temeroso — ser mais claro que isso é impossível,



Deputado Amin —, aquele PMDB que se insurge contra o relatório objetivo, muito sereno e firme do Deputado Sergio Zveiter.

Presidente, nós lemos hoje na prestigiosa coluna *Painel*, da *Folha de S.Paulo*, que a bancada de apoio ao Governo considera a possibilidade de não respeitar o acordo de procedimentos acertado com a coordenação desta Comissão, com todos os presentes, sob a sua liderança, sempre serena, sempre muito correta, quanto aos debates da denúncia, da solicitação para instauração do Processo nº 1, de 2017 — o caso Temer e Loures.

Lemos que se considera que vai ser muito alongado aquele procedimento, definido por consenso e previsto no Regimento. O Deputado Marun disse agora que vai cumprir tudo que está acordado aqui, respeitando o Regimento. Ora, um acordo de procedimentos, na nossa visão de Parlamentares, na qual a palavra empenhada conta muito e é decisiva — não há nada espúrio no que combinamos ali —, tem de valer. Mas lemos que pensariam os governistas em encerrar a discussão, dentro do que o Regimento autoriza, já amanhã. Isso seria algo inaceitável.

Como V.Exa. propõe sempre acordos aqui, nós queremos dizer que aceitaríamos o acordo em relação à emenda das eleições diretas, mas eu pediria a V.Exa. que verificasse essa questão da quebra de acordo, que, se ocorrer, será gravíssima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço V.Exa. e esclareço que eu tenho por premissa que um acordo celebrado, democrática e claramente, no ambiente da Comissão de Constituição e Justiça, na sala da Presidência, com a presença, se não de todos, da grande maioria dos coordenadores dos partidos, deve ser rigorosamente cumprido.

Lá se fez um acordo de procedimentos em relação a alguns itens que foram convergidos. Quanto aos itens sobre os quais não havia consenso, foi tomada uma decisão monocrática da Presidência. É o caso, por exemplo, da vinda ou não do Procurador-Geral da República, da convocação de testemunhas, da dilação probatória. Esses itens foram indeferidos pela Presidência justamente porque não haviam sido acordados.

Mas a fala da defesa em dois momentos, o direito de uso da palavra pelos Deputados membros na discussão da matéria, a votação nominal e aberta do



parecer do Relator, tudo isso foi acordado, e estavam presentes os representantes inclusive da base do Governo.

Deputado Chico Alencar, V.Exa. considera a palavra como algo precioso. Eu também tenho essa compreensão, e a minha palavra será — repito — rigorosamente cumprida nesse sentido.

Mas invoco também a compreensão e a sensibilidade da Oposição quanto à eventual perspectiva de requerimentos extrapautas que obstruam o andamento da discussão. Quero crer que o PSOL, o PT, os partidos de oposição desejem ver discutida essa matéria o quanto antes, de modo que também essa postura de obstrução e de anúncio de uma série de recursos, uma série de requerimentos extrapautas, acabam por, de algum modo, enfraquecer o acordo.

Então, também peço a sensibilidade de V.Exas. nesse sentido, para que amanhã, quarta-feira, às 11 horas, cumprindo-se o prazo de vista de duas sessões, nós possamos efetivamente dar início à discussão dessa matéria, garantindo a todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça, sejam titulares, sejam suplentes, o direito a fazer uso da palavra, caso desejem, pelo prazo regimental de 15 minutos. Quanto aos Deputados não membros, foi garantida a palavra a 20 deles contra o parecer e a outros 20 a favor do parecer.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - E as inscrições, Presidente, começam quando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - As inscrições serão abertas meia hora antes da reunião de amanhã. Ficou acordado que às 10h30min será aberto o painel e a possibilidade de inscrição, lembrando que a inscrição pode ser feita a qualquer momento pelos membros, inclusive no decorrer da discussão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - O plenário será aberto com 2 horas de antecedência, e o painel, com meia hora de antecedência.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Vai-se entregar senha para quem chegar primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Não, Deputado, nós não pensamos nisso.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não será preciso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Haverá fila, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Haverá uma fila de Parlamentares.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, a partir de 10h30min estarão abertas as inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Sim, elas abrirão às 10h30min.

Para mim, está muito claro esse procedimento. O que eu peço mesmo é a compreensão da Oposição e da base do Governo, para que nós tenhamos um andamento saudável, sereno, tranquilo, sem esse excesso de obstrução, sem rompimento de acordo por parte da base do Governo. Eu acho que nós chegamos a bom termo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nós estamos num momento muito delicado, porque nós fechamos o acordo já faz 1 semana. O acordo de procedimentos foi fechado por todos os partidos que estavam representados naquele momento. Agora surgem essas questões e uma pressão clara para não se cumprir o rito de se garantir a palavra a todos os Deputados da CCJ, titulares ou suplentes, e àqueles não titulares cuja fala foi acordada. Querem estabelecer um teto para isso, no sentido de que se conclua a discussão tal dia ou de que não se prorogue a discussão tal hora. Então, quer-se votar a qualquer custo.

O problema é que o acordo que está valendo foi feito oralmente. Eu quero entender o procedimento real, quer dizer, eu quero saber o que vai acontecer se a Situação, os governistas, apresentarem um requerimento de encerramento da discussão. Como é que esse requerimento será tratado?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Pois não, Deputado Marcos Rogério.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eu só queria fazer uma ponderação ao Presidente e aos membros da CCJ neste momento: eu acho que nós estamos fazendo aqui um trabalho de futurologia.

É natural que a imprensa queira criar situações que tragam ao plenário esse ambiente de discordância, mas eu penso que nós temos que trabalhar em cima daquilo que está posto, e o que está posto é o tratado que foi feito lá no âmbito da reunião de coordenadores, com o aval do Presidente. O Presidente, nesses pontos consensuais, tão somente reiterou aquilo que o colegiado decidiu. Quanto àquilo que não era consensual, ele decidiu posteriormente, de ofício, dentro daquilo que é sua prerrogativa.

Então, eu acho que não cabe a nós ficarmos fazendo esse debate neste momento, antecipadamente, porque isso, Deputado Ivan, me parece enfraquecer o que nós fizemos lá. E o que nós fizemos lá está feito, sacramentado. Acho que não cabe questionamento em relação a isso.

E, independentemente de qual sejam as posições aqui quanto ao mérito da matéria, não importando se contrárias ou a favoráveis ao parecer do Relator, há que se respeitar a regra que foi estabelecida lá dentro, pelo menos nos pontos que ficaram acordados.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, deixe-me só completar minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Pois não, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Agradeço ao Deputado Marcos Rogério. Mas o problema é que isso não é só uma especulação da imprensa, isso é real. Acho que temos, sim, que trabalhar. Inclusive, conversamos com vários Parlamentares da Situação. Então, há um problema real, que é a previsibilidade do processo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Mas quem está reabrindo a discussão, Deputado Ivan Valente, lamento, é quem está suscitando isso agora.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós não estamos reabrindo a questão, porque ela já está colocada.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Esse assunto me parece estar resolvido. E o Presidente é o fiador dele.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não quero trabalhar com imprevisibilidade, quero trabalhar com confiança. A minha ideia é que um acordo fechado é irremovível, sob pena de palavra, “fio de bigode”.

Sem dúvida, uma situação como a que estamos vivendo — com um Presidente da República sendo acusado de crime comum em um processo penal como esse, o que é inédito — só pode ter esse procedimento que fechamos, Deputado Rodrigo Pacheco. Então, é evidente que isso nos preocupa, porque pode começar a tumultuar o processo, o que não queremos.

V.Exa. tem atuado com muita parcimônia. Quero até agradecer todo o seu empenho para que o processo caminhe, mas temos que fazer isso com segurança. Não quero que amanhã haja uma correria para ter encerramento de discussão. Isso seria uma violação, além da palavra, da democracia também.

Então, não queremos correr esse risco; queremos, de verdade, que o debate ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - V.Exa. tem razão. O acordo deve ser cumprido. Foi o que acabei de ponderar ao Deputado Chico Alencar. O acordo foi celebrado e haverá de ser cumprido.

Lembro-me bem das circunstâncias em que foi definida essa questão de todos os membros poderem falar. Na reunião, quando eu expus que achava razoável que todos os membros titulares e suplentes da CCJC pudessem fazer uso da palavra — aqueles que desejarem, porque nem todos quererão —, todos estiveram de acordo em relação a isso.

O único ponto controvertido foi em relação a não membros. Mesmo assim, ao final, houve consenso de que seriam 20 Deputados não membros a favor do parecer e 20 Deputados não membros contra o parecer.

Então, para mim, isso está muito claro, Deputado Ivan Valente. Vou me empenhar ao máximo — se for esse pronunciamento que V.Exa. exige de mim — para que o acordo seja cumprido, porque lá estavam todos que representavam os



segmentos e os partidos políticos na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Afirmo a V.Exa. que esse compromisso eu cumprirei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, o Democratas estava presente e vai apoiá-lo no sentido de que seja cumprido o acordo de procedimento. Sei que a intenção de V.Exa. não é protelar. V.Exa. saberá usar o bom senso para terminarmos esse assunto esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Deputado José Carlos Aleluia, é bom até advertir — e por isso peço a atenção do Deputado Ivan Valente, do Deputado Chico Alencar e do Deputado Luiz Couto — que o espírito desse acordo era justamente o de não protelar, evidentemente, porque seria irresponsável a protelação nesse sentido, e também o de não acelerar a ponto de ferir a prerrogativa dos Parlamentares do direito de se pronunciarem em relação a uma matéria dessa natureza. Então, é esse equilíbrio que temos que buscar.

Considerando esse equilíbrio, quero novamente pedir à oposição que evite revolver matérias que já estão decididas, como a questão da não possibilidade de produção de prova neste procedimento. Isso já foi decidido, está até sujeito a recurso, já foi judicializado. Inclusive, foi indeferida a liminar no Supremo Tribunal Federal. Há também a questão do Procurador-Geral da República, cuja ausência foi fundamentada pela Presidência. Já se identifica que essa ausência do Procurador-Geral da República não gerou qualquer prejuízo para o processo.

Então, essas são questões que já foram debatidas e exauridas. Se a oposição ficar revolvendo isso, será uma forma de se interpretar também algum descumprimento do acordo em relação ao que foi ajustado naquela mesa.

Vamos debater, vamos discutir, todos os Deputados vão poder falar. Quanto a essas questões já decididas, vamos entendê-las como já superadas. Esse é o apelo que faço — Deputado Júlio Delgado e, da mesma forma, Deputado Alessandro Molon —, de modo que amanhã, quarta-feira, às 11 horas, possamos iniciar a discussão, dando a palavra individualmente a cada Deputado que vai se pronunciar.

Se precisarmos avançar um pouco pela noite, nós o faremos; se precisarmos chegar até quinta-feira, chegaremos; se precisarmos fazer uma reunião na sexta-feira, faremos; mas vamos manter o equilíbrio e dar uma resposta à sociedade, que



precisa desta resposta, que é a do equilíbrio, da eficiência e do aspecto democrático da Comissão de Constituição e Justiça, que tem essa responsabilidade.

Portanto, invoco a base do Governo e a Oposição para que cheguemos a um bom termo em relação a isso.

Podemos encerrar a sessão?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, a que horas abre a inscrição para os não membros? Desculpe-me, mas cheguei atrasado e gostaria dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - A reunião está marcada para as 11 horas de amanhã. O plenário estará aberto duas horas antes, e o painel será aberto meia hora antes. A inscrição começará meia hora antes do início da reunião, às 10h30min, com fila de Parlamentares, lembrando que os membros têm a prerrogativa de inscrição a qualquer momento.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, eu estava inscrito, mas, como a reunião vai se encerrar, eu só queria deixar algo claro aqui e lamentar profundamente a colocação do Líder do PMDB, o Deputado Mauro Pereira.

O PMDB participou do Governo da Presidenta Dilma e parte dele conspirou, a exemplo de Michel Temer, para tudo isso que está aí hoje arruinado. Portanto, não podemos levar isso para casa de graça. É preciso que se diga: não é verdade que a economia melhorou, ela está afundada.

Quero parabenizar o Relator, Deputado Sergio Zveiter, pelo relatório apresentado aqui ontem. Parabenizo também o Deputado Esperidião Amin, nosso querido ex-Governador, pela emenda apresentada. Espero que possamos aprovar, sim, na CCJ, o relatório que autoriza a investigação do Presidente que leva o País à ruína, à desgraça, assim como aprovar a emenda das eleições diretas.

O Brasil precisa da devolução do direito de o povo votar. O povo pode eleger um novo Presidente, e nós podemos dar-lhe essa grande oportunidade.

Então, Sr. Presidente, eu queria deixar registrada a nossa posição aqui.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes. Depois falarão os Deputados Paulo Teixeira e, por último, Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, eu seria o próximo inscrito. Indago se na parte da tarde vamos retomar essa inscrição ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Perdão, Deputado, mas o que V.Exa. disse?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu seria o próximo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Na verdade, eu fiz uma proposta de acordo. Houve um consenso pela retirada de pauta, e nós encerraremos a reunião. V.Exa. deseja fazer o uso da palavra?

Informo que vamos ter reunião às 14h30min. V.Exa. poderia deixar para fazer uso da palavra na reunião da tarde? Já são 13 horas.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sim. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. Entendo que o relatório do Deputado Sergio Zveiter foi feito na medida, para autorizar a continuidade do processo — e foi um relatório equilibrado.

Quero aqui dizer ao Deputado Carlos Marun que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos como herança a luta contra a ditadura, contra o regime autoritário, e prezamos pela Constituição, pelo Estado Democrático de Direito e pelo respeito às garantias constitucionais. Quero dizer a S.Exa. que, se aqui houve alguma acusação sem base, foi feita por eles, pois foram eles que votaram pelo afastamento da Presidenta Dilma Rousseff sem que ela tivesse cometido qualquer crime. Aquilo foi golpe; agora não é.

Portanto, Deputado Marun, creio que V.Exa., neste momento, deveria se ater ao papel desempenhado pelo seu Presidente, que se reuniu em determinada noite com um empresário que ele convidou à sua casa. Daí, foram detonadas algumas questões que devem incomodar o vosso Governo. Mas não queira fazer esse debate sobre quem preza o sistema democrático. V.Exa. tem tradição, mas não venha



desrespeitar a nossa tradição em defesa da democracia. Se houve algo indevido, foi a retirada do mandato da Presidenta Dilma Rousseff sem terem conseguido indicar um crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Aquilo foi um golpe parlamentar coordenado por uma pessoa que está presa em Curitiba. Mas não venha aqui desfazer, desconstruir o nosso compromisso democrático.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu evidentemente discordo das palavras do Deputado Paulo Teixeira. Entendo que quem prega a punição sem que esteja comprovada a culpa atinge o Estado de Direito, atinge a democracia. E, no caso da Presidenta Dilma, entendo que a culpa foi comprovada, inclusive pelo relatório unanimemente aprovado pelo Tribunal de Contas.

Mas quero voltar ao acordo de procedimento. Participamos daquela reunião e entendemos que o acordo de procedimento passava pela aquiescência às decisões do Presidente. A Oposição reagiu a essa disposição: foi bater às portas do Supremo, tentando desmerecer, desfazer e desqualificar a decisão do Sr. Presidente. Nós, em verdade, estamos desobrigados em relação a esse acordo, o que não quer dizer que não vamos cumpri-lo ou buscar uma convergência no sentido de que haja o debate e que possamos avançar.

Mas aqui foi colocado que 132 Deputados falarão por 15 minutos e que mais 40 Deputados, que estão passando por aí, falarão por 15 minutos cada um. E há mais. Não é assim, não é assim!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas são 40 não membros.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Por favor, V.Exa. talvez não tenha ouvido que quem está com a palavra sou eu.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É verdade.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu estou com a palavra. Vou ouvi-lo com atenção, como peço que V.Exa. me escute.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então, amanhã vamos estabelecer um procedimento que determine o dia e a hora da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - O dia e a hora da votação? Como é que eu posso definir isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Domingo seria um bom dia, Deputado Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Ao chegar aquele momento, V.Exa. nos libera para apresentar um requerimento de encerramento de votação.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Tão logo se concluem as inscrições.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Deputado Marun, o que o Governo tem que fazer agora é desestimular os seus membros a falarem.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Nós vamos discutir aqui durante 40 horas ou 60 horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Não serão 40 horas ou 60 horas, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - (*Ininteligível*) coordenação de Governo.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - V.Exa. supõe isso. Mas, se toda essa turma quiser falar por 15 minutos, não será razoável. Por isso é que estou dizendo. V.Exa. concorda comigo?

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não é razoável que o Governo fale agora.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Se acontecer o que está permitido pelo acordo... O acordo, em princípio, permite uma coisa que não é razoável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Permita-me, Deputado. Qual é o problema de a discussão acontecer em 40, 50 ou 60 horas? Se a base do Governo deseja acelerar, então, que não fale.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Mas não queremos acelerar. Nós queremos ter um momento em que possamos nos preparar para essa votação.

Ontem, por exemplo, nós ficamos aqui. Eu e mais três ou quatro permanecemos aqui. Todo mundo queria discutir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - A razão do acordo...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Vai ser isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - V.Exa. está com a palavra, mas me permite falar?

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sim, é claro. Eu respeito V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - A ponderação que fiz, naquela reunião de coordenadores, foi para que todos pudessem falar, porque é difícil explicar para um membro da Comissão de Constituição e Justiça, que trabalha e que se empenha nesta Comissão, que não vai ter o direito de falar nessa matéria de solicitação de instauração de processo criminal contra o Presidente da República,

É difícil explicar para o Deputado Paulo Teixeira, que está aqui na Comissão todos os dias, ou para o Deputado Pe. Luiz Couto que, se tiverem o azar de serem o 30º na lista, não vão falar.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - O 30º vai poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - O Deputado Luiz Couto fala em todas as matérias, até para conhecimento de V.Exa. Em todas as matérias, o Deputado Luiz Couto se pronuncia.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Se ele for o 30º da lista, vai falar. Mas não vai falar se for o 156º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Então, é difícil explicar para um membro da Comissão de Constituição e Justiça que ele não falará. Por isso, fiz a proposta, que foi aceita, no sentido de que todos os membros falarão por até 15 minutos. Não necessariamente serão utilizados os 15 minutos. Há Deputados que se ausentarão e, se forem chamados e não estiverem presentes, perderão a vez.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu vejo muitas condições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Tudo isso está acordado e ajustado. Não se trata de uma simples multiplicação de 132 vezes 15. Mas, ainda que fosse, seria democrático permitir que nos alongássemos na quarta-feira à noite, na quinta-feira de manhã, à tarde e à noite, na sexta-feira de manhã, e finalizássemos isso democraticamente.



No entanto, se é interesse de um segmento ou de outro que isso se encerre rápido, então, que se estabeleça a estratégia de que vão falar por 2 minutos, 3 minutos, 5 minutos. Eu acho que V.Exa. tem que falar por 15 minutos, porque V.Exa. é eloquente e defende bem a sua causa.

Então, essa é a lógica que nos permitiu garantir que todos pudessem falar.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, com a lógica que V.Exa. defende, com razoabilidade, nós temos condições de estabelecer uma situação que vai permitir que se manifestem todos aqueles que têm real interesse na situação. No entanto, se simplesmente ficarmos até sábado aqui — e já vou colocar isso a V.Exa. —, vai haver nossa oposição.

Para que horas está previsto o início da discussão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Às 11 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Talvez nós possamos antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Obviamente condicionado ao prazo de vista, que necessita de duas sessões no plenário. Então, se houver uma sessão plenária na quarta-feira de manhã, é possível começar às 11 horas da manhã aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo. Vamos trabalhar nesse sentido para que nós tenhamos também mais tempo. Por sinal, uma coisa de que não podem me acusar é fugir de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - É verdade.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Talvez eu até entre em muitas, talvez tenha até um defeito contrário em relação a isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, estou inscrito, quero falar.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - No entanto, eu vou permanecer, provavelmente, todo esse tempo aqui. E já não sou mais uma criança para estar 48 horas ou 72 horas contínuas, sentado, ouvindo, não obstante a certeza de que cada fala vai engrandecer os meus conhecimentos. Sem dúvida, eu sairei daqui um homem muito mais sábio do que entrei. Assim mesmo, eu penso que a razoabilidade tem que prevalecer. E é isso o que nós queremos numa discussão amanhã, para que não haja a possibilidade de ocorrer uma situação de que não gostamos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Está registrado.

São 13h15min. Vamos ter reunião às 14h30min.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu só queria agradecer a todos os membros da Comissão que se manifestaram diante dessa situação que eu acho indigna a um Parlamentar. Não é o Marun. É um Parlamentar que está aqui exercendo com dignidade o mandato. Eu me sinto exercendo com dignidade o meu mandato. Não posso aceitar que um agente do Estado — que deveria ser imparcial, que não deveria estar pedindo votos para outros, que é o que ele está fazendo — além de pedir voto, me chame de indigno. Isso eu não posso aceitar. Eu estou analisando as medidas que vou tomar e talvez decida me socorrer na CCJ em algum momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Eu quero, desde logo, externar minha solidariedade a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu estou inscrito. Vou falar por 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - São 13h15min. Eu vou deferir.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Deputado Marun nem estava inscrito, e ele falou. Eu queria falar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - De quantos minutos V.Exa. precisa, Deputado?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Então, eu vou garantir a palavra a V.Exa. por 3 minutos e ao Deputado Reginaldo Lopes, também por 3 minutos.

O Deputado Henrique Fontana deseja falar? (*Pausa.*) Vou garantir a palavra ao Deputado por 1 minuto.

Então, 3, 3 mais 1 são 7 minutos. Às 13h22min encerramos a reunião. Pode ser?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, já que o Deputado Carlos Marun ainda está aqui — e é ótimo que ele esteja —, quero dizer o seguinte: Deputado Marun, V.Exa. estava presente na reunião do acordo. V.Exa. era o representante do PMDB e do Governo lá. Isso é muito importante, porque isso dá densidade ao acordo de todas as maneiras possíveis.

Acho que o procedimento que foi adotado é respeitoso, é democrático, não é protelatório. Por isso foi acordado. Senão V.Exa. ou vários do Governo poderiam ter falado: “*Não, neste momento não...*” Fiquei satisfeito com a proposta do Deputado José Carlos Aleluia. O Deputado Aleluia falou que vai manter, em nome do DEM, o acordo de procedimentos que foi feito.

Em segundo lugar, acho que nós estamos discutindo uma questão que é inusitada. É a primeira vez na história do País que um Presidente da República é processado criminalmente no cargo por crime comum, crime de corrupção. E isso paralisou todas as atividades, paralisou o País, paralisou o Congresso Nacional, e nós temos que dar conta dessa tarefa, ir até o fim. Nós não podemos retirar dos Parlamentares o direito de opinar, de esclarecer isso para a sociedade, porque ela está acompanhando esse debate.

Então, eu queria reafirmar que é muito ruim trabalhar com alguma insegurança sobre o processo. Amanhã, vão se abrir as inscrições, e os Deputados vão lá se inscrever, vão até medir: “*Vou me inscrever cedo*”, “*Vou me inscrever mais tarde*”. Os Deputados estavam seguros de que iam falar.

Mas, se você faz um processo de interrupção, antidemocrático, rompendo um acordo, isso cria uma insegurança geral no processo democrático, porque o mérito, Deputado Carlos Marun, que V.Exa. estava debatendo com o Deputado Paulo Teixeira, nós vamos ver no debate. O debate vai ser enriquecedor, quer queira, quer não.

Quero dizer inclusive que o nosso partido, o PSOL, não rompeu com nada. Nós só estamos cumprindo o acordo integralmente. Nem fomos à Justiça, porque achamos que isso não interessa neste momento. Eu acho que o que vale é o debate no Parlamento neste momento, e nós queremos que esse debate aconteça. Espero que nós consigamos cumprir a tarefa até sexta-feira. Se não formos até sexta, pode ser que tenhamos outra decisão. Mas o que nós não podemos é correr atrás. O



Governo está com pressa, e “*nós precisamos dar uma solução para o Governo*”. Nós não estamos aqui para dar uma solução ao Governo.

Nós queremos dar uma solução para o Governo — ela já é conhecida: eu acho que não há mais futuro no Governo. Mas essa é uma outra discussão, que nós vamos acompanhar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa.

Pergunto ao Plenário — e peço a atenção de V.Exa., Deputado Luiz Couto — se podemos manter o painel para a reunião das 14h30min. Podemos mantê-lo?
(Pausa.)

Perfeito. Mantido o painel para a reunião das 14h30min.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, se esta Casa tivesse um *software* para detectar as incoerências e as contradições dos discursos, perceberíamos que, de fato, nesse processo de aceitar ou não a denúncia contra o Presidente ilegítimo Michel Temer, ficaria exposta, cada vez mais, a contradição do Legislativo brasileiro. E não só do Legislativo. É evidente que o Supremo Tribunal Federal participou também de todo esse processo.

Isso é lamentável, porque, de fato, o Presidente Temer é fruto de um golpe, de um Governo ilegítimo, Deputado Marun, de um crime de responsabilidade fiscal que não ficou comprovado — não ficou comprovado. Evidentemente, parte deste Parlamento deseja que o Presidente Temer seja afastado para se restabelecer a verdade e se apurarem seus crimes, que são muito graves, pois há indícios fortes de crime comum por corrupção.

Mas nós teríamos duas saídas, Deputado Marun, para quem verdadeiramente defende a democracia.

A primeira saída, que ajudaria esta Casa a resgatar um pouco a sua credibilidade — em especial das instituições, inclusive do Supremo Tribunal Federal —, seria anular o *impeachment*. Talvez, os Ministros do Supremo deveriam ter o mesmo olhar que tiveram em relação ao voto popular no caso do Senador Aécio Neves e anular o *impeachment*, anular o golpe.



É evidente que isso não vai ocorrer. As instituições brasileiras continuarão, por um longo período da história, sem credibilidade, e este Parlamento também.

A segunda saída é esta Casa ter mínima dignidade. Aqueles tantos Deputados que foram ao microfone fazer belos discursos em nome da família, do combate à corrupção e de tudo o mais terão que retornar a esse mesmo microfone para dizer que Michel Temer é muito honesto. Será interessante essa noite — vai repetir a noite de horrores do dia 17 de abril.

Assim, o caminho para esta Casa é votar esta PEC. Qual é o problema de devolver ao povo a escolha do seu Presidente? Qual é a dificuldade? Vamos votar e deixar o povo escolher! O Líder do PMDB disse que não pode porque o Lula será Presidente. Vamos ser sinceros: podemos até não concordar, nem ideológica nem programaticamente, com qualquer Presidente eleito democraticamente, mas ele tem uma legitimidade, que é o voto popular.

Portanto, esta Casa não tem outro caminho para recuperar sua dignidade senão o de votar esta PEC das eleições diretas já.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço ao nobre Deputado Reginaldo Lopes.

Tem a palavra o último inscrito, o Deputado Henrique Fontana, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente eu tenho que, agradecendo a V.Exa., exercer o poder de síntese.

Eu tenho uma leitura — e sinto que ela cresce no Brasil — de que a nossa crise institucional, Deputado Júlio Delgado, é gravíssima, e o Brasil não vai sair dessa crise institucional nessa votação do afastamento de Temer. Nós vamos ter que, uma hora, reconhecer, por maioria, que é preciso antecipar as eleições de 2018 para 2017. E que essas eleições sejam para Deputados Federais, para os dois terços dos Senadores, que estavam previstos para o ano que vem, e para um Presidente legitimado pelo voto direto do cidadão.

Sem isso, Presidente Rodrigo, cumprimentando-o pela forma republicana com que tem conduzido a CCJ, veremos o Brasil instabilizando-se cada vez mais, aprofundando a crise econômica e piorando a vida das pessoas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Deputado Henrique Fontana, V.Exa. pode fazer uso de mais 2 minutos, até por justiça com V.Exa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não, não preciso, Sr. Presidente.

Concluo dizendo que vai haver muito embate aqui. Inclusive, eu e o meu conterrâneo Deputado Marun, que é gaúcho e hoje está morando em Mato Grosso do Sul, vamos debater. Mas sejamos claros: a tentativa de empurrar um segundo Presidente goela abaixo do povo brasileiro, sem o voto do cidadão, não funcionou na primeira vez — e é por isso que estamos aqui reunidos para debater este tema — e não funcionará uma segunda vez.

Lembro que alguém dizia, Sr. Presidente, aproveitando esse minuto que V.Exa. me concedeu: *“Mas e os prazos? Como votar uma emenda constitucional na crise determinada pela renúncia de Jânio Quadros?”* Quando Jango assumiu, houve um movimento da legalidade, e, em 72 horas, o Parlamento brasileiro votou a emenda constitucional do semi-parlamentarismo, que levou Tancredo Neves a ser Primeiro-Ministro durante o Governo Jango.

Então, se nós tivermos o desprendimento de atender à real necessidade do povo brasileiro, vamos votar uma emenda constitucional para antecipar, na minha opinião, as eleições federais para Presidente da República, Senadores e Deputados Federais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, peço a palavra excepcionalmente. Sei que V.Exa. havia concedido a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Pois não. Vou deixá-lo falar por último. Agora é o Deputado Padre Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É o seguinte: a nossa assessoria está dizendo que, a partir desta sessão, ela terá que ter um tempo para almoçar e para preparar a pauta da discussão dos projetos.

Então, pediria a V.Exa. que não começasse às 14h30min, mas às 15 horas ou 15h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Perfeito. Eu faço o compromisso. Mantemos o painel, e não começamos às 14h30min.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado, para encerrar, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, surgiu uma dúvida com essa discussão, com relação à questão de ordem que fiz a V.Exa., que, na verdade, foi uma consulta e um pedido de encaminhamento da questão de ordem feita em plenário ontem à noite.

Essa questão de ordem deve ser decidida pelo Presidente da Casa. Apenas submeto a V.Exa. um pedido de reforço, porque, como esta Comissão funciona com juízo de admissibilidade de instauração de um processo, ela faz parte do corpo processante.

Quero lembrar o que me foi dito por um colega aqui hoje, no caso do julgamento do Supremo Tribunal Federal: o Ministro Fachin já havia sido direcionado, com a morte do Ministro Teori Zavascki, para a Primeira Turma do Supremo, salvo engano, e teve que voltar à Segunda Turma para fazer o julgamento, porque ele havia sido o Juiz quando da instalação do processo que estava terminando. Ele participou da instauração desta turma.

Isso corrobora muito com a nossa sustentação da questão de ordem, para que possamos ter a restituição dos membros desta CCJ quando for instaurada a SIP aqui na Comissão de Constituição e Justiça, que é um órgão de admissibilidade.

Só quero pedir a V.Exa. que faça essa consulta ao Presidente Rodrigo Maia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Pacheco) - Agradeço a V.Exa. Registro feito.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando reunião deliberativa ordinária para hoje, terça-feira, dia 11 de julho de 2017, às 14h30min, para deliberação da pauta publicada.

Fica mantido o painel.

Está encerrada a reunião.